



SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução)	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	9
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes.....	13
1.4.3 Os princípios gerais de Direito.....	15
1.4.4 A equidade.....	18
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	20
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado	24
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	32
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o direito público	35
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	41
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	41
2.1.1 Direito Civil Constitucional	49
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	53
2.1.3 O diálogo das fontes.....	56
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	61

2.2	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	61
2.2.1	Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos	61
2.2.2	O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	63
2.2.3	Os incapazes no Código Civil de 2002.....	69
2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	73
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes	76
2.2.4	A emancipação	79
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Novo Código de Processo Civil.....	81
2.2.6	O domicílio da pessoa natural	121
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	123
2.2.7.1	Morte real.....	123
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação	124
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	125
2.2.7.4	A comoriência	129
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	130
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica.....	135
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações	135
2.3.2	Da pessoa jurídica de direito privado. Regras e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	137
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas	141
2.3.3.1	Das associações	141
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	147
2.3.3.3	Das sociedades	149
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	150
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado.....	152
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de direito privado	152
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica	154
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito	170
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo	170
2.4.2	Principais classificações dos bens	174
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade	174
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	174
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	176

2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade.....	176
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	177
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	178
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	179
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	184
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico.....	186
2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional.....	186
2.4.3.2	Bem de família legal.....	188
2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	196
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	196
2.5.2	Classificações do negócio jurídico.....	201
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteano.....	203
2.5.3.1	Plano da existência.....	205
2.5.3.2	Plano da validade.....	206
2.5.3.3	Plano da eficácia.....	214
2.5.3.4	A <i>Escada Ponteano</i> e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	214
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	217
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico.....	223
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	224
2.5.5.2	Do dolo.....	228
2.5.5.3	Da coação.....	230
2.5.5.4	Do estado de perigo.....	232
2.5.5.5	Da lesão.....	235
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	238
2.5.5.7	Da fraude contra credores.....	244
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico.....	253
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico.....	254
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – Negócio jurídico nulo.....	255
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável... ..	262
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade).....	268
2.6	Prescrição e decadência.....	269
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	269
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	271
2.6.3	Regras quanto à decadência.....	293
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência.....	295

3. TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	297
3.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	297
3.1.1 Elementos subjetivos da obrigação.....	300
3.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação.....	300
3.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação	301
3.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	303
3.3 As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	304
3.4 Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional.....	306
3.4.1 Da promessa de recompensa.....	306
3.4.2 Da gestão de negócios	307
3.4.3 Do pagamento indevido	309
3.4.4 Do enriquecimento sem causa	310
3.5 Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	314
3.5.1 Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação....	314
3.5.1.1 Obrigação positiva de dar.....	314
3.5.1.2 Obrigação positiva de fazer	321
3.5.1.3 Obrigação negativa de não fazer.....	322
3.5.2 Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto ...	323
3.5.2.1 Obrigação simples.....	323
3.5.2.2 Obrigação composta	323
3.5.3 Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	326
3.5.3.1 Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC)	326
3.5.3.2 Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	328
3.5.3.3 Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC).....	333
3.5.4 Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	340
3.6 O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	345
3.6.1 Primeiras palavras.....	345
3.6.2 Do pagamento direto	346
3.6.2.1 Elementos subjetivos do pagamento direto. O solvens e o accipiens. Quem paga e quem recebe.....	346
3.6.2.2 Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga.	350
3.6.2.3 Do lugar do pagamento direto. Onde se paga	356
3.6.2.4 Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	358

3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	359
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento).....	359
3.6.3.2	Da imputação do pagamento.....	364
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	365
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	368
3.6.3.5	Da novação.....	370
3.6.3.6	Da compensação.....	374
3.6.3.7	Da confusão.....	378
3.6.3.8	Da remissão de dívidas.....	379
3.7	Da transmissão das obrigações.....	380
3.7.1	Introdução.....	380
3.7.2	Da cessão de crédito.....	380
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida.....	386
3.7.4	Da cessão de contrato.....	388
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual.....	389
3.8.1	Modalidades de inadimplemento.....	389
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora.....	392
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação.....	397
3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002.....	401
3.8.5	Da cláusula penal.....	408
3.8.6	Das arras ou sinal.....	418
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	421
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito.....	421
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar...	435
4.2.1	Primeiras palavras conceituais.....	435
4.2.2	Conduta humana.....	436
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	438
4.2.3.1	O dolo.....	438
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	438
4.2.4	O nexó de causalidade.....	444
4.2.5	Dano ou prejuízo.....	452
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais.....	453
4.2.5.2	Danos morais.....	456

4.2.5.3	Danos estéticos.....	473
4.2.5.4	Danos morais coletivos	476
4.2.5.5	Danos sociais	477
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance.....	482
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	485
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	489
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva.....	489
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	490
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas.....	497
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.....	497
4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal...	504
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção.....	506
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	507
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	508
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	511
4.4.1	Da legítima defesa	511
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	512
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções	513
4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade	514
4.4.5	Da cláusula de não indenizar	515
5.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	519
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	519
5.2	Principais classificações contratuais.....	522
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas	522
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	523
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	523
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	523
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	524
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo.....	525

5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades.....	526
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos.....	527
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	529
5.2.10	Quanto à personalidade.....	530
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio	530
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	530
5.3.1	Primeiras palavras.....	530
5.3.2	Princípio da autonomia privada	533
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	537
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>).....	543
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	544
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais	561
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	564
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação.....	564
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação.....	566
5.4.3	Fase de contrato preliminar	569
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	572
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	573
5.5.1	Primeiras palavras.....	573
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002 ...	573
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	580
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	582
5.7	A evicção	589
5.8	Extinção dos contratos.....	599
5.8.1	Extinção normal dos contratos.....	600
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração	600
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	601
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	612
6.	CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002).....	613
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	614
6.1.1	Conceito e natureza jurídica.....	614

6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda.....	616
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	619
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda.....	621
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	621
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	625
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	626
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	627
6.1.5	Regras especiais da compra e venda	631
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC).....	631
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)....	631
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC).....	632
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC).....	634
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda	635
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda	635
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional.....	637
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos	641
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	642
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC).....	648
6.2.1	Conceito e natureza jurídica	648
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	648
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes	649
6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ...	650
6.3.1	Conceito e natureza jurídica	650
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório	651
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC)	652
6.4.1	Conceito e natureza jurídica	652
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies.....	655
6.4.2.1	Doação remuneratória	655
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória	656
6.4.2.3	Doação a nascituro	656
6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	657
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	658
6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	658

6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	660
6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	661
6.4.2.9	Doação manual.....	662
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	662
6.4.2.11	Doação universal.....	665
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	666
6.4.2.13	Doação à entidade futura	668
6.4.3	Da promessa de doação.....	668
6.4.4	Da revogação da doação.....	669
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC)	672
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	672
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	673
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo	676
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	676
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	677
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC).....	682
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	686
6.7.1	Conceito e natureza jurídica	686
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002	687
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	694
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	694
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002	695
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	700
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	700
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	702
6.9.3	Do depósito necessário.....	704
6.9.4	Da prisão do depositário infiel	705
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	707
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	707
6.10.2	Principais classificações do mandato	710
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002	712
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC)	718
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	721
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	724
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	732
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	732

6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002	733
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	736
6.14.4	Do transporte de coisas.....	741
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	744
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	744
6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002.....	746
6.15.3	Do seguro de dano.....	757
6.15.4	Do seguro de pessoa.....	761
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	767
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	769
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC).....	772
6.18.1	Conceito e natureza jurídica.....	772
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002.....	774
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC).....	779
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	783
7.	DIREITO DAS COISAS.....	787
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais.....	787
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo	796
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC).....	799
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse	799
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos	804
7.3.3	Principais classificações da posse	807
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse.....	812
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos.....	812
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias	813
7.3.4.3	Posse e responsabilidades	816
7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem	817
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios	817
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato.....	825
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse	826
7.3.6	Composse ou compossessão.....	829

7.4	Da propriedade.....	831
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos	831
7.4.2	Principais características do direito de propriedade.....	835
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade.....	837
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002).....	846
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária.....	854
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel	855
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais.....	856
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis.....	864
7.4.6.2.1	Generalidades	864
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis	869
7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	882
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos.....	885
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017	886
7.4.6.3	Do registro do título.....	890
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	892
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel.....	892
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta.....	893
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis	895
7.4.7.3	Da especificação.....	896
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	897
7.4.7.5	Da tradição	899
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	900
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	900
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	904
7.5	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	911
7.5.1	Conceitos básicos	911
7.5.2	Do uso anormal da propriedade.....	913
7.5.3	Das árvores limitrofes	916
7.5.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações	917
7.5.5	Das águas.....	921

7.5.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios	925
7.5.7	Do direito de construir	926
7.6	Do condomínio	930
7.6.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades	930
7.6.2	Do condomínio voluntário ou convencional	932
7.6.3	Do condomínio necessário	935
7.6.4	Do condomínio edilício	936
7.6.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício	936
7.6.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício	945
7.6.4.3	Da administração do condomínio edilício	957
7.6.4.4	Da extinção do condomínio edilício	960
7.6.5.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples	960
7.7	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula)	966
7.8	Dos direitos reais de gozo ou fruição	973
7.8.1	Generalidades	973
7.8.2	Da superfície	974
7.8.3	Das servidões	980
7.8.4	Do usufruto	986
7.8.5	Do uso	994
7.8.6	Da habitação	994
7.8.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007	995
7.8.8	Do direito real de laje	996
7.9	Dos direitos reais de garantia	1006
7.9.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002	1006
7.9.2	Do penhor	1010
7.9.3	Da hipoteca	1016
7.9.4	Da anticrese	1028
7.9.5	Da alienação fiduciária em garantia	1029

8. DIREITO DE FAMÍLIA 1055

8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais	1055
-----	---	------

8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988).....	1057
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988).....	1061
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	1061
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC).....	1062
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC).....	1062
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC).....	1063
8.1.7	Princípio da afetividade.....	1065
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988)....	1068
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva.....	1068
8.2	Concepção constitucional de família.....	1074
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC).....	1076
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios.....	1076
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento.....	1078
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração.....	1085
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC).....	1089
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC).....	1089
8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1090
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1091
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1092
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1092
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1092
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1096
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1099
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1106
8.3.5	Provas do casamento.....	1106
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres.....	1107
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1110
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1110
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	1116
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1124

8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1126
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1137
8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Novo Código de Processo Civil.....	1137
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	1156
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato.....	1156
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1158
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1161
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1165
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	1169
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1171
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1188
8.4	Da união estável.....	1189
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato.....	1189
8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1200
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável..	1208
8.5	Relações de parentesco.....	1214
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1214
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1218
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC).....	1237
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos.....	1237
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação.....	1237
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1240

8.5.4	Da adoção.....	1244
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1253
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002.....	1261
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar.....	1261
8.6.2	Características da obrigação de alimentos.....	1264
8.6.3	Principais classificações dos alimentos.....	1275
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos.....	1280
8.7	Da tutela e da curatela.....	1283
8.7.1	Primeiras palavras.....	1283
8.7.2	Da tutela.....	1286
8.7.3	Da curatela.....	1296
9.	DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1317
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões.....	1317
9.2	Da herança e de sua administração.....	1324
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1328
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder.....	1333
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1336
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças.....	1343
9.7	Da ação de petição de herança.....	1346
9.8	Da sucessão legítima.....	1350
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.....	1350
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo</i> n. 864 da Corte).....	1356
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro.....	1366
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1369
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1374
9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro.....	1375

9.8.7	Do direito de representação	1396
9.9	Da sucessão testamentária	1398
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto	1398
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento	1403
9.9.2.1	Do testamento público	1406
9.9.2.2	Do testamento cerrado	1409
9.9.2.3	Do testamento particular	1411
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento	1415
9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico	1416
9.9.3.2	Do testamento militar	1416
9.9.4	Do codicilo	1417
9.9.5	Das disposições testamentárias	1419
9.9.6	Dos legados	1426
9.9.6.1	Conceito e espécies	1426
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	1427
9.9.6.3	Da caducidade dos legados	1429
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1430
9.9.8	Das substituições testamentárias	1433
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias	1435
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidez	1437
9.9.11	Do rompimento do testamento	1438
9.9.12	Do testamenteiro	1441
9.10	Do inventário e da partilha	1445
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos	1445
9.10.1.1	Do inventário judicial	1447
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum)	1448
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário	1472
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum	1475
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública	1478
9.10.2	Da pena de sonogados	1486
9.10.3	Do pagamento das dívidas	1488
9.10.4	Da colação ou conferência	1490
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas	1495

9.10.6	Da partilha.....	1496
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial.....	1497
9.10.6.2	Da partilha judicial.....	1498
9.10.6.3	Da partilha em vida.....	1504
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção.....	1505
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha.....	1506
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		1511